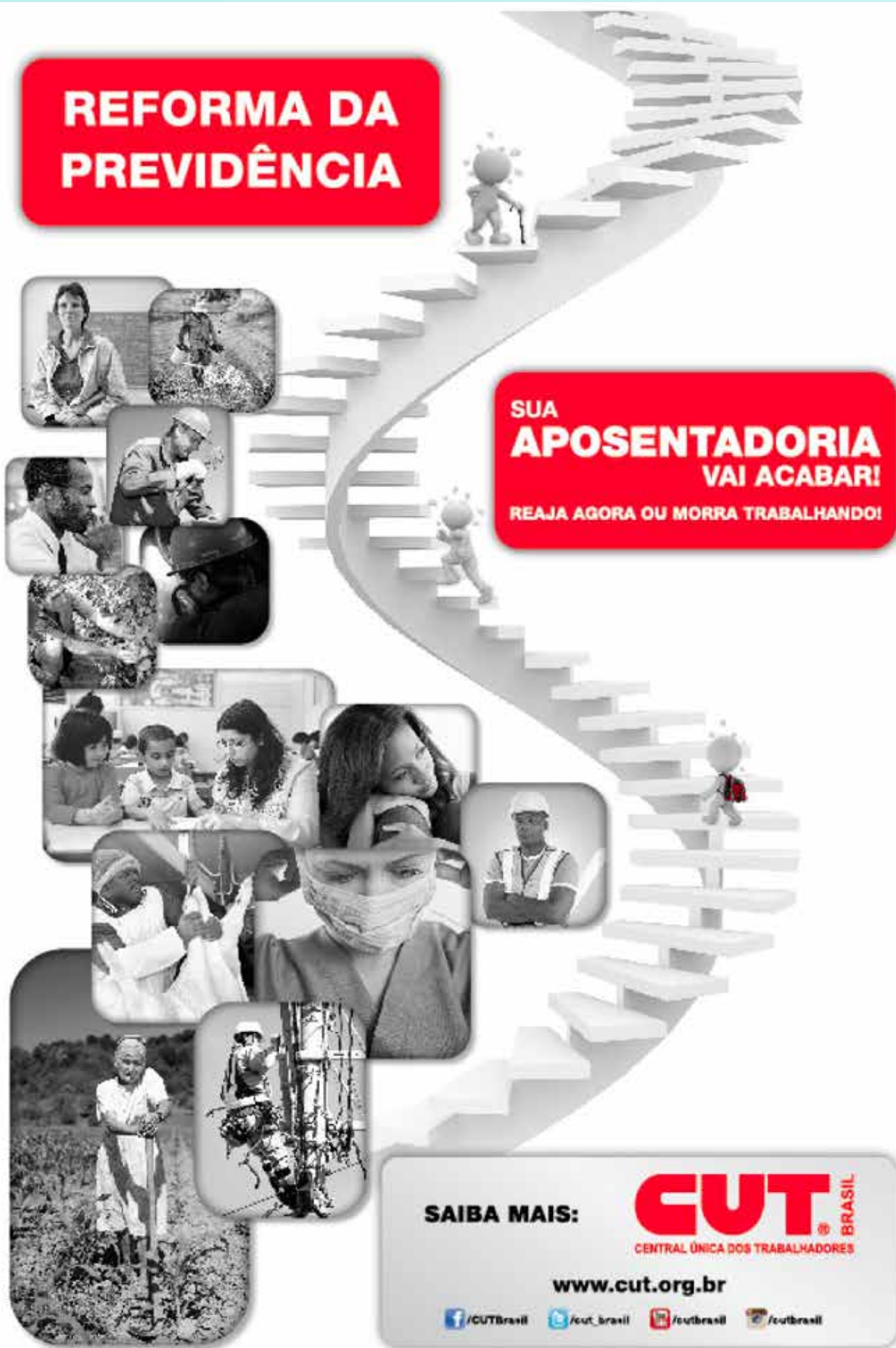


Sua aposentadoria VAI ACABAR! Reaja agora ou morra trabalhando!

REFORMA DA PREVIDÊNCIA



SUA
**APOSENTADORIA
VAI ACABAR!**
REAJA AGORA OU MORRA TRABALHANDO!

SAIBA MAIS:

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

www.cut.org.br

 /CUTBrasil  /cut_brasil  /cutbrasil  /cutbrasil



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

A VERDADE SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

O governo golpista de Temer revela-se como o verdadeiro exterminador do futuro. *Depois da PEC da Morte*, que congela os investimentos em saúde (destruindo o SUS), da educação e dos programas sociais por 20 anos, agora quer acabar com o seu legítimo direito à aposentadoria. O próprio Temer se aposentou aos 54 anos e recebe R\$ 30.613,00, mas o que vale para ele não valerá para você.

A Previdência está quebrada, como diz a propaganda do governo?

Não. A Previdência não pode ser analisada isoladamente. Ela integra um sistema denominado Seguridade Social, que engloba a Previdência, Assistência Social e Saúde. Somando as diversas fontes de financiamento, o resultado é positivo. Em 2015, o superávit foi de R\$ 11,2 bilhões.

Vai ter idade mínima para a aposentadoria?

Sim, idade mínima de 65 anos com tempo mínimo de contribuição de 25 anos. A regra é igual para homens e mulheres. O governo golpista ignorou o fato de que as mulheres cumprem duas ou três jornadas, contando o trabalho diário, o cuidado com os filhos e o companheiro, a atenção da casa, entre outras funções que elas assumem concretamente.

Com 65 anos, o trabalhador pode se aposentar com 100%?

Para se aposentar com 100% será necessário contribuir por 49 anos. Se você começou a trabalhar e contribuir aos 20 anos e nunca parou, conseguirá a aposentadoria integral beirando os 70 anos.

E a aposentadoria especial também será afetada?

Sim. Hoje os trabalhadores expostos a atividades perigosas ou insalubres têm direito à aposentadoria integral com 15, 20 ou 25 anos de trabalho (dependendo do risco). Temer quer que esses trabalhadores contribuam por, no mínimo, 20 anos, e só se aposentem aos 55 anos. O cálculo da aposentadoria será 51% do salário médio mais 1% por ano de contribuição. Ou seja, eles ficarão mais tempo expostos ao risco e não terão mais aposentadoria integral.

Em caso de morte do trabalhador, os dependentes receberão pensão?

Se a reforma for aprovada, o beneficiário não poderá acumular pensão e aposentadoria. Será preciso escolher uma das duas. A Pensão deve ser de 50% da aposentadoria do trabalhador falecido, mais 10% por dependente, podendo ser inferior a 1 salário mínimo.

Essas regras valem para todos?

A Reforma só não atinge os militares. O restante dos trabalhadores brasileiros serão afetados.

COMO VOTARÃO OS DEPUTADOS FEDERAIS? NÃO DEIXE QUE ELES VOTEM CONTRA VOCÊ.



20/02/2017 - Telesíntese

Impasse no congresso faz Anatel prorrogar debate sobre PGO

Em circuito deliberativo, agência pode decidir ainda hoje se estende por até 60 dias a consulta pública sobre as concessões, conforme o presidente do Conselho Diretor, Juarez Quadros

As idas e vindas do projeto de lei da câmara 79/16 fez com que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) decidisse rever o cronograma de aprovação do novo Plano Geral de Outorgas (PGO), que altera as atuais concessões no país. O plano está em discussão na agência há anos, e ano passado teve minuta apresentada, pela qual passa a ser considerada a convergência dos serviços de telecomunicações.

Segundo o presidente da agência, Juarez Quadros, o Conselho Diretor deve aprovar ainda nesta sexta-feira, 17, a prorrogação dos debates internos sobre possíveis mudanças no texto proposto e da consulta pública sobre o tema, que terminaria na segunda semana de março.

“Vamos fazer um adiamento em função do retardo da sanção da Lei”, comentou a jornalistas durante evento que antecede o desligamento da TV

análoga na cidade de São Paulo. O adiamento se dará por decisão em circuito deliberativo.

“Não sabemos quando o PLC será votado, mas não podemos ficar com o prazo apenas de 60 dias da consulta pública. Teremos que prorrogar por mais 30 ou 60 dias”, comentou. A consulta pública sobre o PGO e contratos de concessão foi aberta em 11 de janeiro.

17/02/2017 - Telesíntese

Oi total chega a um milhão de clientes

Combo, que integra móvel, banda larga, TV por assinatura e fixo, é estratégico para a companhia aumentar a sua rentabilidade e fidelizar a base de clientes

A Oi divulgou nota hoje, 17, na qual diz ter chegado à marca de 1 milhão de clientes do combo Oi Total, que integra telefonia móvel, fixa, banda larga e TV por assinatura. Lançado em abril de 2016, o Oi Total apresentou o novo posicionamento da companhia no mercado, junto à evolução de sua marca.

“Esse resultado do Oi Total mostra que a empresa vem sendo bem-sucedida em sua estratégia de focar na convergência, que beneficia o cliente por trazer mais comodidade com produtos que atendem a todas as suas necessidades. Também é positivo para a companhia, pois aumenta a rentabilidade e ajuda a fidelizar sua base de clientes”, afirma Bernardo Winik, diretor de Varejo da Oi.

A estratégia de convergência da companhia vem trazendo resultados relevantes na conquista de consumidores, na fidelização de clientes e aumento no volume de URGs (Unidades Geradoras de Receitas). Desde o lançamento, 30% das ativações de Oi Total são de clientes que nunca tiveram um produto Oi.

“Ao alcançar 1 milhão de clientes Oi Total, estamos falando em cerca de 3 milhões de produtos ativados. Além disso, percebemos uma diminuição de até 50% do churn quando o cliente opta em ter três ou mais serviços Oi no pacote. Quando se consegue alinhar uma boa oferta, maior opção de canais Oi TV, novas velocidades de banda larga e possibilidade de mobilidade de conteúdo, você mantém o seu cliente fidelizado”,

explica Bernardo.

A Oi TV foi a única operadora de TV por assinatura a registrar crescimento no comparativo entre os grandes grupos econômicos do mercado, em 2016, segundo relatório da Anatel. O serviço de TV por assinatura da Oi ampliou sua base de clientes cerca de 12%, devido ao aumento de 17% nas vendas em relação a 2015.

A Oi TV fechou o período com 1,3 milhão de assinantes, um recorde, desde o seu lançamento em 2008. Outro destaque da Oi TV foi o número de adição líquida de clientes, que ampliou em mais de 10 vezes, na comparação dez/15 x dez/16. De todas as adições líquidas de clientes do mercado de TV por assinatura no mês de dezembro, 78,2% integraram à base da Oi TV.

15/02/2017 - Convergência Digital

Anatel: Se teles venderam bens reversíveis, eles não eram reversíveis

Ao defender as mudanças na Lei Geral de Telecomunicações que tramitam no Senado, a Anatel aproveitou para resguardar a si mesma das falhas no controle do patrimônio associado às concessões de telefonia. O órgão alinha uma posição: se os bens reversíveis foram vendidos e o serviço não caiu, é porque não eram essenciais nem reversíveis.

“Tendo em vista que não há registros de interrupções generalizadas da telefonia fixa, eventuais falhas no acompanhamento dos bens reversíveis não geraram qualquer prejuízo à fruição do serviço pela população. Ora, se houve alienação de ativos e não houve prejuízo

à prestação do serviço, logo temos que tal ativo não era reversível, uma vez que não era essencial à prestação do serviço”, sustenta a Anatel em documento em que rebate críticas ao projeto de lei 79/16.

Embora a agência argumente que “tem feito um controle permanente dos bens reversíveis”, a própria já reconheceu publicamente que há falhas nessa atuação e que as empresas venderam ou deram bens em garantia sem buscar autorização do regulador. Como sustenta o TCU em Acórdão (3.311/15), o tratamento dado pela agência ao assunto possui listas inconsistentes, alienações sem autorização e dano ao erário.

“De fato, temos que reconhecer que esse controle dos bens reversíveis pode ser aprimorado. Entretanto, a falta de uma definição clara sobre o escopo desses bens gerou muita ineficiência na atuação da Agência”, diz a Anatel na defesa ao PLC 79/16. Como representam um dos temas mais sensíveis do setor de telecomunicações, esses bens também estão no centro da polêmica sobre o projeto. Para a agência, o projeto tem a virtude de fortalecer a definição de que “são reversíveis apenas os bens essenciais e em efetivo uso para a prestação do STFC”.

CONGRESSO EM NOTAS - LEMEP / no.47, 19/02/2017

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A PEC 287/16, que trata da proposta de reforma da previdência, teve o plano de trabalho apresentado na última terça-feira (14), na reunião da comissão especial, por seu presidente, Carlos Marun (PMDB/MS). Arthur Maia (PPS/BA), um dos relatores da PEC da previdência, disse que a proposta iguala a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres e que mulheres que não se casaram não devem ter direito de se aposentar antes dos homens. A declaração gerou fortes críticas do

movimento de “Mulheres Contra a Reforma da Previdência”. A frente afirma que a diferença de 5 anos na aposentadoria de homens e mulheres deve ser vista como um direito inegociável, uma vez que a maioria das mulheres brasileiras tem dupla jornada de trabalho. A deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) defendeu, ainda, que para a realidade dos trabalhadores brasileiros, previdência social não pode ser vista como assistência, mas sim como direito.

TRABALHADOR RURAL

O mesmo relator ainda falou sobre a questão da aposentadoria dos trabalhadores do campo, pontuando haver trabalhos urbanos mais árduos do que trabalhos rurais. A proposta enviada por Temer altera regras atuais e iguala exigências para trabalhadores rurais e urbanos terem direito à aposentadoria. Com isso, os trabalhadores rurais dificilmente conseguirão se aposentar, sobretudo as trabalhadoras rurais. “(...) No Brasil, com essas desigualdades regionais gigantescas que a gente tem, as

mulheres no Nordeste, no Norte, estão sujeitas a todo tipo de adoecimento físico, e psíquico também. É verdadeiramente um massacre se formos imaginar que essas pessoas vão ser obrigadas a contribuir por mais tempo e só poder se aposentar com mais cinco anos do que é previsto na legislação de hoje”, avalia a coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (NEPEM/UFMG), Marlise Matos.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A MP 746 foi aprovada no senado por 43 votos a 13 e espera aprovação presidencial para entrar em vigor. Trata-se da reforma no ensino médio público brasileiro, que entre outras coisas enxuga o número de matérias obrigatórias. Especialistas em educação pública dizem que a reforma afunilará, ainda mais, a entrada de estudantes de classes mais baixas nas universidades, já que ela faz com que os estes decidam, logo no ensino médio, se querem estudar alguma área específica do conhecimento ou se terão uma preparação técnica, única e exclusivamente focada no

mercado de trabalho. A oposição levanta a bandeira de que a reforma não dialoga com as demandas dos estudantes e professores, já que estes não foram consultados. Esta reforma foi responsável por mobilizar muitos estudantes a ocuparem suas escolas em protesto contra a medida. Frentes de movimentos estudantis, como a UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas – ressaltam, ainda, que a medida com que algo tão importante foi feito, por meio de medida provisória, é produto do autoritarismo e imediatismo da gestão de Michel Temer.

DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA

Com a greve da polícia militar do Espírito Santo, o debate sobre segurança pública e a desmilitarização da polícia voltou à tona. A PEC 51, que tramita no Senado, tem apoio de muitos policiais que acreditam que uma reforma na polícia trataria da

segurança pública de forma mais humana e proporcionaria melhores condições para policiais e civis. O projeto de emenda à constituição é do ano de 2013 e conta com apoio da maior parte da oposição do governo PMDB.

ALEXANDRE DE MORAES NO STF

O então Ministro da Justiça de Temer foi indicado pelo presidente para substituir o falecido Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal. A indicação causou controvérsias no que toca o notório saber jurídico de Moraes, que teve indícios de plágio encontrados em seu currículo lattes – posteriormente retirados da plataforma. Além disso, muitos apontam a ligação do ministro com setores do Primeiro Comando da

Capital – facção criminosa paulista – de quem já foi advogado, como outro fator preocupante. Deputados do PT e do PSOL acionaram a PGR contra a indicação de Alexandre de Moraes, alegando, ainda, desvio de finalidade, já que Moraes faria parte de um tribunal que julga processos que tem como investigados diversos membros do governo que ele participa. A indicação aguarda aprovação do Senado Federal.





19/02/2017 - Vermelho

STF dá dez dias para Temer explicar reforma da previdência

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello deu prazo de dez dias para que o presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, prestem informações sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, que trata da reforma da Previdência. A solicitação de Mello é feita após recebimento de um mandado de segurança, impetrado por 28 deputados de oposição.

Michel Temer A ação pede a anulação dos atos que levaram à tramitação da PEC na Câmara. Os deputados alegam que o governo não apresentou um estudo atuarial, necessário para confirmar o desequilíbrio nas contas da Previdência e a consequente necessidade de alteração nas regras. O ministro da

Suprema Corte deve aguardar as informações solicitadas antes de decidir sobre o acolhimento ou não do mandado de segurança. O acolhimento significaria a suspensão da tramitação da matéria na Câmara.

Mello também pede informações do presidente da Comissão Especial destinada a debater o tema na Câmara, o deputado Carlos Marun (PMDB/MS), e do presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJ), cujo nome ainda não foi definido. Quando a PEC foi acolhida na Câmara, em dezembro do ano passado, o presidente da CCJ era Osmar Serraglio (PMDB/PR).

Oposição

Os deputados alegam que estudo atuarial é requisito

obrigatório para confirmar o desequilíbrio nas contas da Previdência e a necessidade de alteração nas regras.

“Não se trata de mera orientação para a gestão administrativa. O estudo atuarial é requisito formal para a regularidade material das condições previdenciárias em qualquer regime, em especial quando objeto de alteração constitucional”, diz um trecho da ação.

A oposição argumenta ainda que a elaboração da PEC ocorreu “à revelia do Conselho Nacional de Previdência Social”. “[O conselho é] órgão superior da Administração Federal de deliberação colegiada, com representação dos trabalhadores e do governo, cuja finalidade, entre outras, é justamente a de discutir assuntos de interesse previdenciário dos trabalhadores”, dizem os deputados.

17 de fevereiro de 2017 - Vermelho

Os bilionários: seria tão bom se fossem apenas 1%!

Os 1% mais ricos não podem controlar sozinhos a sociedade. Ao seu redor há os grupos sociais que dominam a gestão econômica, têm os cordéis do poder e da mídia, pensam como eles e trabalham para eles.

Irmãos Marinho estão entre os seis mais ricos do Brasil (Forbes) e mantém o império da comunicação a serviço da concentração de renda. Irmãos Marinho estão entre os seis mais ricos do Brasil (Forbes) e mantém o império da comunicação a serviço da concentração de renda. Por que mandam e como mandam os famosos “1%”? É verdade que temos um país (e um mundo) que se divide entre “eles” e “nós”, os de cima e os de baixo. Mas a divisão é um pouco mais complicada... e decisiva.

Não se controla uma sociedade apenas com 1% de nababos. Em torno desses 1% tem mais gente, muito mais. Os grupos sociais que controlam a gestão econômica, os cordéis do poder, da mídia – pode ser que não estejam entre os tais 1% mais ricos, mas pensam como eles, trabalham para eles, sonham em ser como eles.

Um relatório recente da organização humanitária Oxfam traz algo que já sabemos e que está disponível no sistema de contas federais e nos relatórios do Inca. O documento da Oxfam é este: Terrenos da Desigualdade – Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural, Oxfam Brasil, 2016 (disponível aqui).

A estória é crua e dura. Começa com o fato de que no Brasil existem, sempre existiram, políticas sociais... para ricos e associados. No Brasil, umas 4 mil pessoas físicas ou jurídicas (empresas) devem ao fisco quase 1 trilhão de reais. Para ter uma ideia da coisa, o PIB do país em 2016 foi algo próximo de 5 trilhões. Outro dado para comparar: o “rombo” no orçamento federal, que o governo do golpe anunciou com estardalhaço, é de 170 bilhões.

Essa comparação permite avaliar uma coisa básica: se esses fazendeiros devedores pagassem o que devem não teríamos rombo algum. Muito pelo contrário. Mas eles não são forçados a pagar nem vão para presídios, como os pobres que devem a pensão alimentar.

A coisa fica ainda pior quando olhamos para cima nessa pirâmide: umas 700 dessas pessoas devem 200 bilhões. Maior do que o rombo do Meirelles!

Esses 700 ricos devedores certamente estão entre os grandes financiadores de campanhas – elegem legisladores e executivos. São também os clientes fortes do sistema judiciário – do mundo seleto de advogados, juizes, procuradores e desembargadores. Assim florescem os grandes escritórios de advocacia, assim florescem os regalos e festejos com os quais se azeitam as sentenças e decisões judiciais. Assim se produzem as leis, os decretos e normas que distribuem subsídios, créditos baratos, isenções e outros benefícios.

Os 1% movimentam lá os seus 10% de lacaios.

Os nababos da terra são como os nababos dos bancos e da indústria. Eles elegem aqueles que fazem as leis e tomam as decisões. E estes eleitos fazem leis e tomam decisões que aumentam ainda mais a riqueza daqueles 700, reduzem seus impostos etc. Com isso, eles têm mais dinheiro para comprar políticos e juristas. O círculo se fecha. É simples entender quem compra o poder. É uma questão de classe e eles sabem disso.

Por isso a coisa é um pouco mais complicada do que o cerco aos 1%. Eles têm seus cães de guarda e seus cães de lazer.

Um escritor espanhol disse algo interessante sobre os cães de raça. Diz ele que com o tempo seus donos adquirem o cérebro do cão, começam a morder os pobres. Resolvi desenvolver o raciocínio. Por que isso ocorre e o que revela? Por que o cão morde o pobre? Ele vive diariamente cercado de gente com gestos de rico, fala de rico, roupa de rico, cheiro de rico. Rico, para ele, é gente “normal”, segura, confiável. Daí, vem alguém com roupa diferente, gestos e fala diferentes, cheiro diferente. É classe perigosa, a tal gente diferenciada. Eles mordem você se você não morder antes. As pessoas “de bens” vivem assim. Seus filhos vivem assim, crescem assim, como seus cães – aliás, gente de bens não distingue muito a criação dos cães e dos filhos.

São Paulo deve ter mais pet shop e clínica para animais do que posto de saúde. O raciocínio se aplica, inclusive e dolorosamente, para aqueles garotos e garotas que vão para os cursos que cuidam de gente, como a medicina. Quando cheiram um pobre, reagem como aquele cão. Morder seria muito. Mas aprendem outros modos de atacar, como um reflexo condicionado de defesa. Do pobre, do sujo, de cheiro estranho, do rude, do... perigoso e mal comportado.

Pois é. Há uns 10% ou 20% do Brasil que se comportam desse modo, pensam desse modo. E se reproduzem desse modo. É assim que são educados os filhos dos homens de bens, aqueles que serão os advogados, promotores, juizes, médicos, administradores. São esses jovens que estamos “educando”? Some-se a isso o fato de que o Brasil praticamente não tem imposto sobre herança. Desse modo, no país em que tanto se fala em meritocracia e vencer pelo próprio esforço, estamos reproduzindo uma safra de herdeiros estúpidos e preguiçosos. Isso vai acabar mal. Por que insistimos em chamar de elite esses caras?

*Reginaldo Moraes (foto) é professor da Unicamp, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu) e colaborador da Fundação Perseu Abramo. É colunista do Brasil Debate

19 de fevereiro de 2017 - Portal Vermelho

Reforma trabalhista promove precariedade nas relações de trabalho

O governo Michel Temer propõe que trabalhadores possam ser contratados por até oito meses sem diversos direitos trabalhistas. A sua proposta de reforma trabalhista aumenta o prazo máximo para contratos temporários de 90 dias para 120 dias, prorrogáveis por igual período. A medida deve aumentar o número de funcionários temporários, que não têm direito ao seguro-desemprego, à estabilidade para gestantes ou a verbas rescisórias como o aviso prévio e os 40% de multa do FGTS.

Projeto de Temer estimular a precarização das relações de trabalho Projeto de Temer estimular a precarização das relações de trabalho Os temporários representam, portanto, menos custos para as empresas ao desobrigá-las de pagar encargos que são o principal motivo de calote aos empregados fixos brasileiros. "O maior número de ações ajuizadas na Justiça Trabalhista é decorrente do não pagamento das verbas rescisórias", explica Magno Riga, auditor fiscal do Ministério do Trabalho.

O projeto também permite que os temporários trabalhem mais horas por dia. A jornada máxima deles aumentaria de 25 para 30 horas semanais. Além disso, o projeto permite até seis horas extras semanais para temporários com jornadas inferiores

a 26 horas por semana. A lei atual proíbe as horas extras para esses trabalhadores.

Contratos temporários são tendência global

O aumento dos contratos temporários e em regime parcial é uma tendência global. Nos Estados Unidos e na Europa, por exemplo, houve um grande avanço dessas modalidades após a crise econômica de 2008. Estimativas apontam que elas já representam 40% da força de trabalho em território norte-americano.

Para o procurador geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, isso não levou à geração de novos empregos nesses países. O que ocorreu, na verdade, foi a substituição dos funcionários em tempo integral pelos trabalhadores temporários e parciais, com redução de salário e estabilidade para a população. "O resultado disso foi um preocupante aumento da tensão social, que está conduzindo à instabilidade política e influenciando decisivamente resultados eleitorais, como revela a eleição do candidato Donald Trump nos EUA e a saída do Reino Unido da Comunidade Europeia (Brexit)", argumenta Fleury em nota técnica sobre a reforma trabalhista do governo, divulgada pelo Ministério Público do Trabalho.

17/02/2017 - Rede Brasil Atual

'Duplamente perverso', governo quer acabar com 10% adicionais do FGTS

Para representante da CUT no Conselho Curador, medida vai tornar demissões mais baratas, além de reduzir investimentos no Minha Casa, Minha Vida. Contribuição somou R\$ 5 bilhões em 2015

O governo publicou na edição de hoje (17) do Diário Oficial da União mensagem em que anunciou o envio ao Congresso de projeto de lei para acabar, gradualmente, com os 10% adicionais pagos pelos empregadores em caso de demissão sem justa causa. A chamada contribuição social foi criada com a Lei 110, de junho de 2001. Em 2015, segundo o relatório administrativo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), representou arrecadação de R\$ 5 bilhões. Para o representante da CUT no Conselho Curador, Cláudio da Silva Gomes, a medida – que ele chama de "benesse patronal" – é "perversa" para os trabalhadores nas duas pontas: "Barateia as demissões e tira recursos do Minha Casa, Minha Vida".

Ao demitir um trabalhador sem justa causa, as empresas pagam a ele 40% de multa sobre o saldo do FGTS. Em 2001, o governo Fernando Henrique Cardoso criou a contribuição social, de mais 10%, revertida para a União, para cobrir, na época, despe-

sas originadas de contas vinculadas atingidas por expurgos inflacionários de planos econômicos. O setor empresarial contesta a contribuição, considerando-a indevida, pois a finalidade já teria sido atingida. Desde outubro de 2013, há três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal, todas de entidades patronais, contra a cobrança, aguardando julgamento. O relator é o ministro Luís Roberto Barroso.

A extinção da contribuição social era um "pleito permanente" da bancada patronal no Conselho Curador, lembra Cláudio. Ele observa que o compulsório foi criado no governo FHC para cobrir um passivo, já coberto, mas a então presidenta Dilma Rousseff decidiu em 2013 manter os 10% para reforçar o programa habitacional. Em julho daquele ano, ela vetou um projeto que acabava com a contribuição, argumentando que isso "levaria à redução de investimentos em importantes programas sociais e em ações



estratégicas de infraestrutura", com forte impacto no Minha Casa, Minha Vida, "cujos beneficiários são majoritariamente os próprios correntistas do FGTS".

Para o representante da CUT no Conselho Curador, a medida contraria o discurso governista de que não iria cortar recursos de programas sociais. "De cara, é um corte de 5 bilhões", afirma. "Vai na contramão da propaganda de que quer impulsionar a economia."

16/02/2017 - Brasil de Fato

Reforma da previdência: ruim para todos, pior para as mulheres

Somadas as jornadas de trabalho dentro e fora de casa, as mulheres trabalham 5 horas por semana a mais que os homens



Envelhecer com dignidade é um direito de todos nós. Este direito, difícil de ser alcançado pela maioria dos brasileiros, corre mais risco com a reforma da previdência, proposta pelo presidente ilegítimo Michel Temer.

Para as mulheres, a situação é pior. A reforma eleva a idade de aposentadoria de 60 para 65 anos, igualando aos homens. Não se leva em consideração que elas trabalham mais e em condições, muitas vezes, mais precárias. O IBGE indica que, se somadas as jornadas de trabalho dentro e fora de casa, as mulheres trabalham quase 5 horas por semana a mais que os homens.

A proposta também estabelece o mínimo de 25 anos de contribuição para receber

benefício no valor de apenas 76% da média arrecadada. Para chegar ao valor de 100%, os trabalhadores devem pagar o INSS por 49 anos. Só que, no Brasil, as mulheres ganham 25% menos que os homens, o que diminui o valor de contribuição. O resultado é uma aposentadoria menor.

A reforma da previdência vai ampliar o tempo de trabalho das mulheres e dificultar o acesso de todos os trabalhadores aos benefícios. O enfrentamento desse retrocesso, que apenas serve para aumentar as desigualdades sociais, só vai se dar com mobilização social.

20/02/2017 - Altamiro Borges

Após pesquisas, mídia rosna contra Lula

Já era mais do que previsível. As recentes pesquisas de opinião, que apontaram o brutal desgaste de Michel Temer e a folgada vantagem de Lula para a disputa presidencial de 2018, deixaram a direita nativa enfurecida, babando de ódio. Afinal, ela bancou o "golpe dos corruptos", que depôs Dilma Rousseff, e corre o risco de assistir o retorno do chamado "lulopetismo" ao Palácio do Planalto. Ou seja: o trabalho sujo e criminoso ficou incompleto. Diante deste perigo, a mídia golpista – o verdadeiro partido da direita nativa – já voltou a campo. Ela rosna hidrófoba contra Lula, deixando explícito que a guerra será sangrenta. Não haverá paz e nem civilidade – por mais que alguns ingênuos ainda acreditem no fim da luta de classes.

A revista IstoÉ – conhecida nos meios jornalísticos como "QuantoÉ" devido às práticas mercenárias dos seus donos – partiu direto para a baixaria. Na edição desta semana, ela usou como fonte para atacar Lula um sujeito desqualificado – um maníaco que adora postar fotos na internet com trajes de milico e agente do FBI ou portando armas. Numa capa terrorista, a foto do maluco e a manchete. "Levei mala de dinheiro para Lula". Não há qualquer prova e o acusador ainda escorrega em várias contradições. Mesmo assim, a "QuantoÉ" deu crédito ao sujeito – o restante da mídia preferiu evitar o vexame – talvez para justificar a grana que tem recebido do

usurpador Michel Temer. A assessoria de Lula respondeu à altura a baixaria:

'QuantoÉ' publica mais uma mentira contra Lula

Do site Lula – 17/02/2017

Esta semana, mais uma vez, a revista Isto É, conhecida em círculo jornalísticos como "Quanto É", publicou na sua capa uma mentira contra o ex-presidente Lula. Desde que aconteceu o golpe, a revista Isto É foi a publicação que teve uma dos maiores aumentos proporcionais de verbas governamentais.

A publicidade do governo federal no semanário subiu 340% desde que Michel Temer, eleito pela revista "O Brasileiro do Ano", chegou ao poder. Dinheiro dos seus impostos. Ou seja: o novo governo federal corta na saúde, na educação, mas multiplica os recursos para uma revista mentirosa atacar Lula porque ele aparece nas pesquisas vencendo a eleição de 2018, e espalhar propagandas onipresentes defendendo corte de direitos dos trabalhadores e aposentados e mudanças no ensino para os jovens.

Leia mais em: <http://migre.me/w5VMb>